



Caderno Virtual de Turismo

E-ISSN: 1677-6976

caderno@ivt-rj.net

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Gonçalves, Salete; Joventino da Silva, Gleycione Cristina
Possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Ponta do Tubarão/RN
Caderno Virtual de Turismo, vol. 17, núm. 3, diciembre, 2017, pp. 82-95
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115454650006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão/RN

Possibilities of community tourism in Sustainable Development Reserve Ponta do Tubarão/RN

Posibilidades del turismo comunitario en la Reserva de Desarrollo Sostenible Ponta do Tubarão/RN

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.17n3.2017.1172>

Salete Gonçalves <salleteg@yahoo.com.br>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Natal, RN, Brasil.

Gleycione Cristina Joventino da Silva <gleycione123@hotmail.com>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Natal, RN, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 16-nov-2015

Aceite: 15-nov-2017

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

GOÑÇALVES, S.; SILVA, G. C. J. Possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão/RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 82-95, dez. 2017.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O turismo comunitário é um modelo turístico endógeno que tem como proposta a preservação dos recursos naturais e enaltecimento das expressões culturais. Isso posto, o presente estudo visou investigar as possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RN. E como objetivos específicos: averiguar a gestão dos bens e serviços turísticos ofertados na RDSEPT; diagnosticar a participação da população local no planejamento da atividade turística na localidade; e analisar a gestão da RDSEPT no tocante à preservação do patrimônio cultural e natural. Para tal utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, envolvendo entrevistas semiestruturadas com os participantes do seu Conselho Gestor. Diante disso, pode-se concluir que a Reserva dispõe de recursos e atrativos que potencializam o turismo comunitário, fazendo-se necessárias a sensibilização e a capacidade da comunidade para que essa atividade possa contribuir para o desenvolvimento dessa localidade, bem como um planejamento mais integrado do poder público local.

Palavras-chave: Turismo comunitário. Bens e serviços turísticos. Planejamento turístico

ABSTRACT

Community tourism is a touristic endogenous model which has as proposal the preservation of the natural resources and praise of cultural expressions. That being said, the present study has aimed to investigate the possibilities of community tourism in the State Sustainable Development Reserve Ponta do Tubarão – RN. And as specific objectives: ascertain the management of touristic goods and services offered at the SDRPT; diagnose the participation of local population in the planning of touristic activity in the locality; and, analyze the management of the SDRPT concerning to cultural and natural's heritage preservation. For this purpose, it has been used a qualitative research, evolving semi-structured interviews with the participants of its Managing Council. In light of this, it can be concluded that the Reserve has resources and attractions which enhance community tourism, making necessary the awareness and capacity of the community so this activity can contribute with the development of this location, as well as a more integrated planning of the local public power.

Palavras chave: Community tourism. Touristic goods and services. Touristic planning.

RESUMEN

El turismo comunitario es un modelo turístico endógeno que tiene como propuesta la preservación de los recursos naturales y enaltecimiento de las expresiones culturales. Además, el presente estudio visó investigar las posibilidades del turismo de sustrato comunitario en la Reserva de Desarrollo Sustentable Estadual Ponta do Tubarão – RN. Y como objetivos específicos: Averiguar la gestión de los bienes servicios turísticos ofrecidos en RDSEPT; diagnosticar la participación de la población local en la planificación de la actividad turística en la localidad; analizar la gestión de la RDSEPT en lo que respecta a la conservación del patrimonio cultural y natural. Para tanto, se ha utilizado una pesquisa cualitativa, envolviendo entrevistas semi-estructuradas con los participantes de su Consejo Gestor. Delante de eso, se puede concluir que la Reserva dispone de recursos y atractivos que potencializan el turismo comunitario, haciendo-se necesario la sensibilización y capacidad de la comunidad para que esta actividad pueda contribuir con el desarrollo de esa localidad, así como un planeamiento más integrado del poder público local.

Palabras clave: Turismo comunitario. Bienes y servicios turísticos. Planeamiento turístico.

INTRODUÇÃO

O turismo comunitário, de acordo com Vásconez (2012), vem se desenvolvendo internacionalmente seguindo uma lógica transformadora ao fundamentar na preservação dos recursos naturais e enaltecimento das expressões culturais, tendo como base os valores da solidariedade, respeito e cooperação nas relações sociais.

No entanto, destaca-se que esse modelo de desenvolvimento turístico tem suas limitações, já que sua implementação e desenvolvimento envolve a aceitação e envolvimento por parte dos integrantes da comunidade local, que, em sua maioria, encontra-se com posicionamentos divergentes. Por se tratar de uma atividade econômica, que perpassa também por interesses políticos, nem todos os residentes apoiam essa prerrogativa de sustentabilidade e arranjos produtivos, o que acaba gerando conflitos internos entre a própria comunidade.

Percebe-se, assim, que apesar de ser uma área emergente de investigação, com um pequeno histórico no que tange a produções teórico-conceituais, no Brasil os primeiros registros remetem-se à década de 1990, com a criação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol), uma organização pioneira com a incumbência de fortalecer o turismo comunitário no País. Trata-se de um campo estimulante e com muito a ser investigado.

Diante desse contexto, duas experiências no Brasil valem ser mencionadas, por aderirem a um modelo de turismo visando à preservação das riquezas naturais da região, são eles: o turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus/AM (COSTA NOVO, 2011), onde foi investigada a prática do TBC e os impactos gerados nessa localidade; e na Vila do Aventureiro – Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ, que se tratou de um projeto desenvolvido com o intuito de capacitar os moradores e aperfeiçoar os empreendimentos locais, ambos foram selecionados pelo Ministério do Turismo para atender ao edital de seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Brasil (MENDONÇA, 2011).

Sob essa perspectiva de projetos desenvolvidos a fim de promover o Turismo Comunitário, no Rio Grande do Norte tem-se o caso do Projeto Rede Cidadã no Barco Solidário executado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RDSEPT. Tal projeto se originou a partir de uma seleção do Programa da Petrobras “Desenvolvimento e Cidadania” no ano de 2010, com duração de 24 meses.

Destaca-se que a RDSEPT foi criada através da Lei Estadual nº 8.349, de 18 de julho de 2003, e está localizada nos municípios de Macau e Guamaré, no litoral do estado potiguar. Com uma área de aproximadamente 13 mil hectares, a RDSEPT tem suas ações voltadas para resguardar o modo de vida tradicional e assegurar atividades baseadas em sistema sustentável de exploração de recursos naturais (IDEMA, 2014).

Com isso, buscou-se neste trabalho apresentar o turismo comunitário como um importante meio e fim para o desenvolvimento da localidade e como forma de agregar valor às formas de produção local. Diante disso, surge o seguinte questionamento: Quais as possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RDSEPT/RN?

Para responder a tal questão, buscou-se investigar as possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RN, bem como averiguar a gestão dos bens e serviços turísticos ofertados; diagnosticar a participação da população local no planejamento da atividade turística na localidade; e analisar a gestão da RDSEPT no tocante à preservação do patrimônio cultural e natural.

Para justificar este estudo, ressalta-se ainda uma pequena quantidade de pesquisas na área do turismo comunitário no Rio Grande do Norte e a pouca importância dada pelo governo estadual nesse modelo de turismo mais endógeno.

MÉTODOS

Na delimitação da pesquisa, determinou-se que esta é qualitativa (DENCKER, 1998), que se assinala como uma observação acerca dos fatos analisando os fatores sociais investigados, sendo inicialmente feito um levantamento bibliográfico do tema, respaldando-se em autores como Oliveira (2008), Maldonado (2009), Coriolano (2009) e Mielke (2009), de forma a gerar embasamento teórico para a realização da pesquisa in locus. A pesquisa in locus foi feita precisamente nos distritos de Diogo Lopes e Barreiras, ambos pertencentes ao município de Macau/RN.

Os dados foram coletados na pesquisa in locus nos meses de março e abril de 2015, sendo entrevistadas sete entidades do total de dezenove¹ que compõem o Conselho Gestor da Reserva (CGRDSEPT), conforme o Quadro 01.

Quadro 01 - Entidades entrevistadas integrantes do CGRDSEPT

Entidade	Representante	Conselheiro
Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)	Comunidade	C1
Comissão de Justiça e Paz (CJP)	Comunidade	C2
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária	C3
Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Comunidade com ênfase nas mulheres	C4
Associação de Apoio à Juventude do Meio Popular (ILEAO)	Comunidade com ênfase nos jovens	C5
Prefeitura de Macau	Órgão Público Municipal	C6
Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema)	Órgão Público Estadual	C7

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

¹ Entidades que compõem o Conselho Gestor: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Barreiras – Adecob; Coopescat; Associação Potiguar de Apoio à Juventude do Meio Popular – Ileaô; Centro AMA-GOA de Cultura e Meio Ambiente; Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP; Associação de Mulheres Luíza Gomes; Igreja Evangélica Assembleia de Deus; Comissão de Justiça e Paz – CJP; Associação Guamarense de Proteção e Educação Ambiental – Aspam; Setor Produtivo (Petrobras); Superintendência Regional do Patrimônio da União – SPU; Câmara Municipal de Guamaré; Câmara Municipal de Macau; Prefeitura de Guamaré; Prefeitura de Macau; Idema;

Das 19 cadeiras do Conselho, sete representantes tiveram disponibilidade para responder à entrevista, sendo representantes da sociedade civil, das organizações públicas e uma instituição de Ensino Superior, procurando-se assim ter uma visão mais ampla e realizar uma análise não tendenciosa.

Entre os representantes da sociedade civil, foram entrevistados o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que representa a luta para garantir os direitos dos pescadores, que é a principal atividade econômica dos distritos de Diogo Lopes e Barreiras.

A Comissão de Justiça e Paz (CJP), que se dedica a desenvolver ações com intuito de manter a paz e a justiça da comunidade, a fim de garantir a socialização da população local. A Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que representa as mulheres dentro do Conselho, garantindo assim seus direitos e participação no que tange às atividades econômicas.

A Associação Potiguar de Apoio à Juventude do Meio Popular (ILEAO), que apoia as atividades dos jovens do meio local, com arte, dança e cultura em geral. Já a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) tem a finalidade de desenvolver pesquisas gerando embasamento e orientação para as ações e projetos na Reserva.

No que se refere às organizações públicas foram entrevistados: o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), um órgão do Estado que tem como missão promover a Política Ambiental do Rio Grande do Norte, visando o desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades regionais em busca da melhoria e qualidade de vida da população potiguar; e a Prefeitura Municipal de Macau, representada pela Secretaria de Planejamento, que auxilia nos projetos e orienta os processos de uso do espaço público.

Além dessas entidades, foram entrevistados os empreendedores locais que prestam serviços turísticos localizados nos distritos de Diogo Lopes e Barreiras, pertencentes ao município de Macau, conforme Quadro 02.

Quadro 02 – Prestadores de serviços turísticos da RDSEPT

Setor	Localização	Representante
Hospedagem	Diogo Lopes	H1
Hospedagem	Diogo Lopes	H2
Hospedagem	Barreiras	H3
Alimentos e Bebidas	Diogo Lopes	A1
Alimentos e Bebidas	Barreiras	A2
Alimentos e Bebidas	Diogo Lopes	A3
Alimentos e Bebidas	Barreiras	A4

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

O instrumento utilizado para nortear a coleta de dados foi um roteiro de entrevistas semiestruturado (COSTA, 2011). Já no que se refere ao posicionamento enquanto pesquisador na interação com os sujeitos da pesquisa optou-se pela observação não participante, pois observar sem participar permite uma compreensão integralizada, ao ver o todo e assim conseguir fazer inter-relações entre as partes, que garante coerência nos resultados e nas prospecções (DENCKER, 1998).

A fim de uma análise mais aprofundada de todo o contexto que envolve a comunidade, decidiu-se realizar a análise de conteúdo das entrevistas (SEVERINO, 2007), por ser uma forma de averiguar os dados provenientes deste instrumento formatados em linguagem verbal e não verbal estruturado em forma de discurso.

No que tange à análise do conteúdo vale destacar que, como a comunidade busca se conceituar como destino do turismo comunitário, buscou observar todo o contexto, especificidades e particularidades da comunidade. Essas informações foram fundamentais para permitir uma identificação da realidade e, consequentemente, contribuir para um planejamento adequado para o futuro, tendo esse estudo como embasamento possível para futuras ações no município.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A RDSEPT investigada nesta pesquisa foi instituída em 2003, por meio da Lei Estadual nº 8.349, envolvendo os municípios de Macau e Guamaré, situados no litoral norte do RN, com uma área de aproximadamente 13 mil hectares de extensão, sendo em torno de 90% do território pertencente a Macau (distritos de Diogo Lopes e Barreiras) e 10% a Guamaré (distritos de Mangue Seco I e II e Lagoa Doce). Destaca-se que em Guamaré não existe nenhum equipamento turístico.

As principais ações da Reserva estão voltadas para

Resguardar o modo de vida tradicional, assegurar atividades baseadas em sistema sustentável de exploração de recursos naturais, estas desenvolvidas tradicionalmente ao longo de gerações e adaptadas às condições ecológicas locais e que desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (IDEMA, 2014).

Isso significa que a criação da Reserva implicou na preservação/valorização dos modos tradicionais de vida e produção, ou seja, buscou-se valorizar a pesca, a agricultura de subsistência e a pecuária, atividades que provêm o sustento da população.

Na RDSEPT foram identificados sete empreendimentos turísticos, no qual três deles são do setor de hospedagem e quatro do setor de alimentos e bebidas, além do serviço de condução turística, para o guiamento de grupos de visitantes. Ressalta-se que esses três serviços são basilares quando se pensa no desenvolvimento do turismo de qualquer região, já que compõem a infraestrutura específica dessa atividade.

Segundo Oliveira (2002), quando se pensa na gestão do turismo faz-se imprescindível ter em sua oferta recursos naturais e culturais, bem como os bens e serviços públicos e privados, que tenham a capacidade de atrair os visitantes, ocupando seu tempo livre e atendendo às suas necessidades.

As três pousadas entrevistadas têm um modelo de gestão particular, o que revela que não houve nenhuma cooperação entre os moradores na criação delas, tornando-se assim empreendimentos que não atendem, ainda, aos ideais da gestão coletiva. Porém, relacionam-se ao turismo comunitário, por seus gestores serem todos de origem local, pessoas da própria comunidade que investiram na sua região (CORIOLANO, 2009).

As pousadas contam com uma capacidade que varia de 30 a 50 hóspedes. Essa quantidade está diretamente relacionada aos princípios do turismo comunitário e à ideia de sustentabilidade da Reserva que prevê uma pequena quantidade de visitantes na área a fim de minimizar os impactos ambientais e sociais provocados por essas visitas.

Ressalta-se que essa capacidade é definida pela relação de carga e uso do espaço que no turismo apresenta quatro dimensões, sendo elas: física, econômica, cultural e social (TROITIÑO, 2004 apud DIAS, 2006). Esse fator é importante em uma proposta de turismo de base comunitária, visto que muitos dos espaços turísticos tendem a ser consumidos e explorados sem nenhuma contenção, tornando-se indispensável a deliberação de normas, principalmente relacionadas à capacidade de carga e uso do espaço, de maneira a garantir a sobrevivência do patrimônio, bem como sua preservação.

Como já vem acontecendo devido a proposta do turismo comunitário, é fundamental que os proprietários de empreendimentos tenham seus espaços respeitando essas limitações, promovendo coerência entre os empreendimentos e o tipo de turismo desenvolvido na região, tendo em vista que o objetivo central é receber o turista, porém, minimizar os impactos no ambiente natural, no caso da Reserva, é o motivo propulsor da visitação.

Com relação aos equipamentos de Alimentos e Bebidas, quatro restaurantes também possuem um modelo de gestão particular, com uma capacidade de atendimento que varia de 40 a 200 pessoas. Os produtos ofertados nos restaurantes, como o peixe, o camarão e a sardinha, são todos adquiridos nas próprias comunidades de Diogo Lopes e Barreiras.

Com isso, pode-se constatar o movimento da economia local com a compra desses produtos, retirando-se assim a necessidade de fornecedores e intermediadores, beneficiando diretamente a comunidade local, respeitando os princípios de participação, cooperação e equidade, buscando igualdade e distribuição de lucros para toda a comunidade, tornando-se uma atividade econômica capaz de beneficiar a todos (CORIOLANO, 2009; MIELKE, 2009). O alcance desses princípios depende do planejamento e das regras estabelecidas a fim de alcançar igualdade em todos os âmbitos da atividade.

Constatou-se também que alguns moradores não estão satisfeitos com a forma de gestão do turismo na região. Para um dos entrevistados, “do ponto de vista econômico não tem sido satisfatória, devido à pouca divulgação da Reserva e, consequentemente, a pouca visitação, havendo assim retornos pontuais e não contínuos para a comunidade” (H1, 2015). Essa visão aspira por maiores lucros, acreditando que somente a divulgação irá provocar um crescimento da demanda na localidade. Sabe-se que a divulgação da Reserva é uma ferramenta para aumentar a visitação, porém, não é a única, convém frisar que para alcançar esse objetivo seria necessário um planejamento prévio (OLIVEIRA, 2008), bem como um estudo da capacidade de carga do local, pois o crescimento da demanda pode gerar riscos para a Reserva e para a própria comunidade, como destacado anteriormente.

Fica assim evidente que para aumentar a demanda é imprescindível uma ação conjunta entre os empresários, Conselho Gestor e Poder Público a fim de que todos os pontos em torno desse aumento de demanda sejam estudados e delimitados, partindo da perspectiva do turismo comunitário, objetivando beneficiar comunidade e preservar o meio ambiente, como defendido por autores como Gastal e Moesch (2007) e Sampaio e Coriolano (2009).

Aprofundada essa análise sobre o tipo de turismo desejado, entre os gestores dos bens e serviços turísticos, notou-se uma divergência. Alguns relataram o anseio pelo turismo de massa, porque segundo

eles o turismo comunitário já foi tentado, porém, não conseguiu se efetivar, acreditando assim que o turismo de massa irá trazer maiores vantagens para os empreendedores. Ao explanarem que o turismo comunitário não foi consumado, revela que esses empresários esperavam resultados rápidos, sendo que o TBC não apresenta resultados imediatos. É permitido assim dizer que esses empresários preferem o turismo de massa por vislumbrar mais lucros em seus negócios, priorizam a lógica do capital, na medida em que geram lucros com mais rapidez e excluem os menos favorecidos.

Vale salientar que o turismo de massa e o turismo de base comunitária se convergem porque ambos se apropriam do espaço, porém, divergem quanto à forma como cada um desenvolve suas ações. Enquanto o turismo de massa visa quantificação de lucros, visitantes e empreendimentos, o turismo de base comunitária propõe sustentabilidade nas ações, preservação e envolvimento da comunidade local.

Convém ressaltar que essa ideia mais exógena enfatizada no turismo de massa é eliminada quando buscamos desenvolver o turismo comunitário, que, de acordo com Maldonado (2009), envolve projetos fundamentados na cooperação e no princípio da equidade, expressos tanto no trabalho como nos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

Para uma experiência do turismo comunitário enriquecedora, é imprescindível um planejamento envolvendo os prestadores de serviços turísticos nos distritos de Diogo Lopes e Barreiras formando uma associação sólida e ativa, que busque objetivos delimitados coletivamente, para que em conjunto lutem pelos interesses da categoria. Devendo acontecer também uma articulação concreta entre os prestadores e o Conselho Gestor, a fim de que suas ações estejam alinhadas às da Reserva.

No tocante ao planejamento da atividade turística no âmbito da Reserva e suas organizações, notou-se que as entidades que compõem o Conselho Gestor da RDSEPT são bem abrangentes, ao envolver líderes que representam quase que em sua totalidade os interesses da população local.

Com relação ao desenvolvimento do turismo na área que abrange a Reserva, três dos entrevistados disseram que existe turismo na região, dentro da perspectiva do turismo comunitário. O representante C1 afirmou que

Ultimamente vem ocorrendo o turismo de base comunitária, na medida em que ocorrem visitas principalmente de estudantes que fazem visitas ou realizam estudos nas áreas, bem como outras visitas, **não sendo de grande porte**. Existe turismo, sim, na região baseado nas visitas que giram em torno de 120 a 150 pessoas mensais. (C1, 2015, Grifo nosso).

É notório na fala do conselheiro que a atividade turística vem se desenvolvendo, especialmente quando cita as visitas, os estudos nas áreas ambientais e a existência de um fluxo. Quando C1 explana que as visitas não são de grande porte, enfatiza as prerrogativas do turismo comunitário que envolve a movimentação de pequenos grupos, direcionados para vivências culturais e aproximação com os recursos naturais. Essa visão já fora discutida por Maldonado (2009) e Coriolano (2009).

No entanto, a representante C4 explanou que

O turismo aqui na região está engatinhando. Não se pode afirmar que existe o turismo na comunidade, nem o de base comunitária por essa tipologia de turismo que é aquela que todo mundo apoia e isso não ocorre. Mas também não existe o turismo de massa porque a área ambiental se tornou Reserva, e hoje somos bastante agradecidos por isso, porque caso contrário nosso litoral estaria tomado pelos grandes empresários. (C4, 2015)

Quando C4 afirma que no turismo comunitário todo mundo apoia, essa ideia diverge de Coriolano (2009) que afirma que para alcançar o desenvolvimento comunitário faz-se necessária uma participação profunda do residente, ou seja, as pessoas devem se envolver de maneira efetiva. Porém, não é explanado que todos devem concordar, tendo em vista que sempre terá uma parte da população que irá resistir ou divergir.

Os quatro representantes da comunidade que compõem o Conselho Gestor afirmaram ser a favor do desenvolvimento dessa modalidade, tendo em vista que na localidade a base do turismo se encontra na Reserva, fazendo assim imprescindível um turismo menos agressivo e mais preservador dos recursos naturais.

No que tange à comunidade e ao desenvolvimento do turismo, os representantes explicitaram que nem todos da comunidade apoiam o turismo comunitário, porém, aqueles que acreditam nesse modelo vêm se envolvendo e lutando para que a comunidade venha também defender essa ideia.

A fim de verificar a participação da comunidade nos projetos do Conselho Gestor e, conseqüentemente, no desenvolvimento do turismo nas áreas de Diogo Lopes e Barreiras, analisou-se a relação do projeto Rede Cidadã no Barco Solidário² com a atividade turística.

O representante C1 declarou que no projeto “foi feita uma sensibilização da comunidade e um cadastro para participar dos cursos de capacitação, voltados para o turismo comunitário, gestão de negócios, pesca e artesanato”. Cursos esses que tiveram uma enorme relevância para as primeiras ações voltadas para turismo, pois foi possível apresentar à comunidade os conceitos que envolvem o turismo comunitário, incentivar a pesca e o artesanato, bem como orientá-los a gerir seus negócios.

Já os representantes C2 e C4 destacaram em suas falas que o projeto teve relevância para o turismo ao fornecer: a construção de um barco para apoio aos pescadores, bem como para visitas turísticas, oferecendo segurança e comodidade para os visitantes, e a edificação de um espaço físico para atividades de intermediação entre os pescadores sendo também um local de apoio para o turismo e o artesanato.

O representante C5 ratifica que “o centro tem a capacidade de juntar as pessoas que vêm visitar a Reserva e apresentar o artesanato da localidade e o barco, quando não estiver prestando socorro ao pescador, dá um suporte aos grupos grandes nos passeios”.

Dessa forma, ficou evidenciado que a ação mais relevante nesse projeto foi a participação da comunidade nos cursos que permitiram conhecer as concepções acerca do turismo comunitário, tornando-se colabores da atividade com seus negócios e agregando valor ao produto turístico com a produção de artesanato.

O planejamento que envolveu a elaboração do projeto foi bastante pertinente, ratificada por Neri (2005) ao afirmar que deve haver investimentos por parte dos produtores do turismo em qualificar e capacitar a população, por meio de cursos e treinamentos, com o intuito de que ela possa desenvolver suas atividades, bem como compreender todo o processo da atividade turística na sua localidade.

Cabe frisar que as ações do Conselho Gestor precisam ser pautadas na participação da comunidade a fim de apresentarem periodicamente suas percepções acerca do turismo, recebendo direcionamento e incentivos para a consolidação de suas atividades.

² Mais informações no blog: <http://cppnenordeste.blogspot.com.br/2013/01/projeto-comunitario-da-cjpmacau-promove.html>.

Por entender que o patrimônio cultural e natural são elementos fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística, foi feita uma análise de como essas questões são pensadas e trabalhadas na RDSEPT.

Sobre as ações e reivindicações que norteiam as reuniões do CGRDSEPT, foram identificadas que de maneira geral as principais ações são de cunho ambiental, como o Zoneamento³ e a atualização do Plano de Manejo⁴, o programa de educação ambiental e o projeto de boias atradoras⁵.

O Conselho vem batalhando para conseguir validar esses projetos devido à necessidade de garantir a preservação desse espaço, por se tratar de uma área de preservação, bem como para fortalecer as iniciativas do TBC. Devido às riquezas naturais, muitos empreendimentos vêm e se instalam de maneira indevida, amparados por interesses políticos superiores ao Conselho, o qual acaba não tendo forças para barrá-los. Já com o Zoneamento e o Plano de Manejo validados, o Conselho estará respaldado podendo assinalar inúmeros motivos para impedir a implantação de determinados empreendimentos.

Além disso, as ações do Conselho também estão voltadas para resolver os problemas estruturais, no que envolve o entorno da Reserva, como, por exemplo, a sinalização de acesso e identificação interna das áreas protegidas, uma vez que ela foi criada quando os municípios já existiam.

Destaca-se que as principais questões discutidas no Conselho remetem-se ao Zoneamento Ecológico e ao Plano de Manejo na Reserva, isso porque nesses projetos estão descritos o que pode ser feito na área da Reserva. O Conselho vem batalhando para conseguir validar esses projetos devido à necessidade de garantir a preservação desse espaço, porque os empreendimentos vêm e se instalam de maneira indevida. Por partir de interesses políticos superiores, o Conselho acaba não tendo forças para barrá-los. Já com o Zoneamento e o Plano de Manejo validados, o Conselho estará respaldado podendo assinalar inúmeros motivos para impedir a implantação de determinados empreendimentos.

No início do ano de 2015, com o intuito de alavancar o turismo na RDSEPT, bem como prover recursos para as ações de preservação ambiental, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do Centro de Estudos e Pesquisas do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional do Semiárido (Cemad), e em parceria com a Comissão de Justiça e Paz (CJP), teve um projeto aprovado no Edital Costa Atlântica, da Fundação SOS Mata Atlântica.

O projeto intitulado “Do Sertão ao Mar: Turismo de Base Comunitária na Ponta do Tubarão” foi o único do Rio Grande do Norte aprovado no edital que prevê recursos para o fortalecimento do turismo de base comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão. No Brasil foram selecionadas sete propostas que receberão R\$ 300 mil, ao todo, para investimentos na proteção da biodiversidade e dos patrimônios natural, histórico e cultural nas áreas litorâneas associadas à Mata Atlântica.

3 De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Zoneamento da Unidade de Conservação (UC) é uma das ferramentas mais importantes do Plano de Manejo, responsável por organizar espacialmente em zonas, toda a área que abrange a Reserva, sob diferentes graus de proteção e regras de uso.

4 De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano de Manejo é um documento produzido a partir de diversos estudos e diagnósticos do meio físico, biológico e social. Esse documento estabelece as normas e restrições no que tange ao uso e ações a serem desenvolvidas, bem como delimita o manejo dos recursos naturais. Ele também inclui medidas para promover a integração da Unidade de Conservação (UC) à vida econômica e social das comunidades vizinhas, incluindo o estabelecimento de regras para visitação da área.

5 O projeto boias atradoras trata-se de uma proposta inovadora voltada à promoção da pesca pelágica em moldes estritamente artesanais, aplicado aos interesses da comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (RDSEPT/Idema), cujo proponente é a AMA-GOA/MACAU, contando com a participação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), com o apoio técnico de execução do Curso de Engenharia de Pesca (Ufersa), do Ibama/SUPES/RN e da Capitania dos Portos/Marinha do Brasil, além do suporte do Fundo de Compensação Ambiental da RDSEPT/Idema. Tendo suas ações iniciadas em 16 de junho de 2015.

Por haver um enfoque na Reserva, é notório que as ações estão delimitadas para garantir sua proteção e sustentabilidade, perspectiva defendida por Mielke (2009), que afirma ser imprescindível para a sustentabilidade dos recursos naturais, o uso moderado dos recursos renováveis e uma intensa proteção dos recursos não renováveis.

Como o TBC na RDSEPT tem seu auge nos recursos naturais, torna-se necessário identificar e compreender quão pertinente é a preservação dessa área, com riquezas peculiares tanto de flora como de fauna. A área da RDSEPT contempla os três tipos de mangues, o preto, o vermelho e o branco, além da restinga e caatinga compondo o produto turístico a ser ofertado.

A Reserva ainda conta com dunas, estuários e lagos que apresentam beleza cênica e paisagística. A fauna também é riquíssima na região, envolvendo animais voadores, terrestres e marítimos. Em relação aos animais marinhos se destacam a tainha, a salema e a sardinha, que é o tipo de peixe mais vendido na região. Os animais terrestres encontrados são a raposa, que transita do manguezal para caatinga, e as cobras. Além disso, podem-se observar diversas espécies de aves, entre elas as garças e os maçaricos.

Toda essa variedade identificada respalda a iniciativa em tornar esse lugar uma área protegida, bem como a sua compatibilidade com o turismo comunitário que tem no cerne do seu proceder o princípio de que,

O turismo respeita as normas de conservação da região e procura gerar o menor impacto possível no meio ambiente, contribuindo com os projetos de manejo sustentável de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, utilização de energias renováveis, educação ambiental e destinação de resíduos sólidos. O turismo comunitário deve promover o uso sustentável dos recursos e justiça ambiental (REDE TURISOL, 2012 apud PINTO e CASTRO, 2013, p. 220).

No tocante aos recursos culturais, destacaram-se as festas religiosas, como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e a Festa das Flores, e alguns eventos organizados pelo Conselho Gestor como o Encontro Ecológico e a Regata.

O Encontro Ecológico é um evento realizado no distrito de Diogo Lopes voltado para a comunidade discutir os assuntos referidos à RDSEPT, fazendo-se presentes os conselheiros, os professores das instituições de ensino e órgãos ambientais para apresentar e dialogar com a comunidade sobre os projetos previstos para a Reserva. Vale ressaltar que é um evento que ocorre anualmente.

Nos distritos de Diogo Lopes e Barreiras também foram identificados grupos de dança e de teatro formados pelos jovens que participam ou já participaram do Programa de Criança da Petrobras.

A vasta área da Reserva contempla atrativos turísticos bem como disponibiliza produtos turísticos que permitem ao visitante visualizar as belezas naturais por meio dos diferentes passeios oferecidos, podendo ainda degustar as comidas tradicionais ofertadas nos restaurantes, como a sardinha na pressão, o salpicão de sardinha e a mariscada, além de adquirir o artesanato produzido pelas mulheres de pescadores da localidade.

A RDSEPT possui trilhas delimitadas para seus visitantes, envolvendo os municípios de Macau e Guamaré e seus respectivos distritos. Cada trilha abrange locais diferentes mostrando as diversidades naturais que a Reserva dispõe, permitindo ao turista conhecê-la. Possui ainda os passeios de barcos que proporcionam a visualização de paisagens singulares.

Com relação aos recursos culturais, os conselheiros afirmaram que não há nenhum projeto previsto ou em execução para incentivar a comunidade nesse aspecto. Isso porque a ênfase das ações do Conselho Gestor está na questão ambiental, secundarizando os aspectos culturais da sociedade, apesar de no Regimento Interno o inciso VII é voltado explicitamente para a valorização e conservação do patrimônio natural e cultural. A comunidade de maneira geral, englobando crianças, jovens e adultos, necessita de projetos que os incentivem e ofereçam suporte para as práticas culturais.

No entanto, essa falta de projetos culturais não deveria ocorrer, pois como afirmam Gastal e Moesch (2007), a valorização e manutenção do meio ambiente devem conviver com a presença do ser humano, com o resgate das tradições, dos valores e costumes locais, garantindo, assim, a atratividade turística.

Dessa forma, são os recursos naturais, aliados aos recursos culturais, que permitem a formação de um produto turístico integral e bastante significativo tanto para a população que estará envolvida como para o turista que irá vivenciar as experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa, foi possível identificar que o turismo comunitário tem sido desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão. Trata-se de uma área de rica diversidade de recursos naturais e culturais com atratividade turística real e potencial. Mesmo que ainda de forma embrionária, o turismo comunitário desponta como outro modo de fazer turismo, que pode contribuir para o desenvolvimento dos territórios, melhorar a qualidade de vida da população, e fomentar a prosperidade dos empreendimentos locais, além de potencializar a conservação dos seus recursos naturais e culturais.

Com relação à participação da comunidade nas ações de planejamento da atividade turística, notou-se que ela possui suas representações no Conselho de maneira bem dividida para defender todos os interesses, tendo assim representações dos pescadores, mulheres e jovens. Esses representantes da comunidade que compõem o CGRDSEPT afirmaram participar assiduamente das ações que envolvem a comunidade em prol do turismo comunitário, apesar de serem poucas tais ações.

No entanto, quando ocorre a execução de projetos nas comunidades, verifica-se que as pessoas participam, sendo que essa participação ainda é bastante restrita, pois só ocorre quando existe algum retorno direto, seja financeiro ou de conhecimento. Essa questão torna-se mais crítica porque os representantes explanaram que falta maior envolvimento e empenho por parte dos residentes em lutar pelo turismo comunitário. Com isso, recai sobre o Conselho Gestor a responsabilidade de criar, implementar e executar os projetos, convocando a sociedade para participar, sendo que essa iniciativa deveria vir também deles.

No tocante à infraestrutura turística, a quantidade de empreendimentos turísticos nas localidades de Diogo Lopes e Barreiras é uma particularidade que fundamenta as possibilidades do turismo comunitário na região, principalmente por seus proprietários serem da população local, que se alinha às prerrogativas do TBC.

Contudo, os empresários locais precisam estar articulados para as ações em prol do turismo. Isso porque os bens e serviços turísticos ofertados por uma localidade são características essenciais para o turismo, sendo esses espaços responsáveis por suprir as necessidades básicas dos visitantes, devendo assim haver

uma cooperação entre eles, para que em conjunto possam oferecer um serviço autêntico (envolvendo as particularidades da região) com qualidade.

Os condutores de turismo e os produtos turísticos ofertados são atributos que similarmente revelam quão grandes são as possibilidades do turismo comunitário nas localidades de Barreiras e Diogo Lopes, tendo a RDSEPT como atrativo central. O Conselho Gestor tem à disposição da atividade seis condutores de turismo capacitados, que atuam diretamente na Reserva, conferindo assim um tipo de serviço com retorno direto para a comunidade, além de ter pessoas que desenvolvem pesquisas e participam de eventos referentes ao TBC.

A diversidade de ecossistemas, fauna e flora, na área da Reserva confere ainda mais valor aos produtos turísticos encontrados na localidade. O visitante pode escolher entre as 11 trilhas e os passeios de barco, visualizando toda a variedade natural e compreendendo as singularidades a partir das explicações dos guias.

No início do ano de 2015, um projeto foi aprovado no tocante à Reserva, cujo nome “Do Sertão ao Mar: Turismo de Base Comunitária na Ponta do Tubarão” vem a enfatizar a proposta do turismo comunitário. Esse projeto visa propiciar mais incentivos para a cadeia do turismo local, bem como promover a preservação do patrimônio natural, histórico e cultural da região.

No entanto, as questões culturais não são enaltecidas como deveriam, comprovado pelo fato de que não há nenhum projeto em andamento que esteja pautado nessa área. Algumas ações ocorrem, como o grupo de teatro e dança, porém, elas não são empreendidas pelo Conselho Gestor, que se articula mais em torno da questão ambiental, sendo que ações culturais podem vir a enriquecer mais o produto turístico, conferindo participação direta da comunidade.

Diante do apresentado, pode-se concluir que os distritos de Diogo Lopes e Barreiras dispõem de atributos que comprovam as possibilidades do turismo comunitário, fazendo-se ainda necessárias a capacitação e sensibilização da comunidade para que compreenda essa atividade e a relevância que a RDSEPT tem para a região.

Por fim, espera-se que este artigo desperte iniciativas, como a elaboração de programas e projetos, a fim de tornar a RDSEPT reconhecida pelo turismo comunitário. Paralelamente, almeja-se que esta pesquisa aponte caminhos os quais possam conduzir a Reserva em uma perspectiva sustentável e comunitária, promovendo o associativismo e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

CORIOLO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSHTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads/regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

COSTA, M. A. F. da. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis: Vozes, 2011.

- COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana em Manaus (AM): caracterização e análise crítica.** 2011. 141f. Dissertação (Mestrado) Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28062012-165759/pt-br.php>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas.** São Paulo: Futura, 1998.
- DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo).
- IDEMA. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.** Disponível em: <www.idema.rn.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.
- MENDONÇA, T. Projeto de Turismo de Base Comunitária na Vila do Aventureiro. **Revista Destinos.** Ano.1, nº 1, edição 2011. ISSN 2179 -5592. 2011. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=11752&cat=%C2%A0&ws=ophp>>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- NERI, M. C. **O turismo sustentável e o alívio da pobreza.** Disponível em: <www.senado.leg.br/bdsf/item/id/454121>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- OLIVEIRA, A. M. de. Planejamento participativo como instrumento de desenvolvimento turístico responsável. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 3, 2008. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=285&path%5B%5D=195>. Acesso em: 05 jan. 2015.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** 4. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2002.
- PINTO, R.; CASTRO, L. L. C. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 2. p. 213-226, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=737&path%5B%5D=359>>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4-24, abril, 2009. Disponível em: <www.spell.org.br/documentos/download/4667>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.
- VÁSCONEZ, E. A. C. Turismo comunitário no Equador: conceitos e relações. In: ABREU, A. S. et al. (EE). **Turismo em Pauta / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.** Rio de Janeiro: CNC, 2012. Disponível em: <www.academia.edu/2098370/Turismo_comunitario_no_Ecuador_conceitos_e_relacoes>. Acesso em: 22 nov. 2014.